

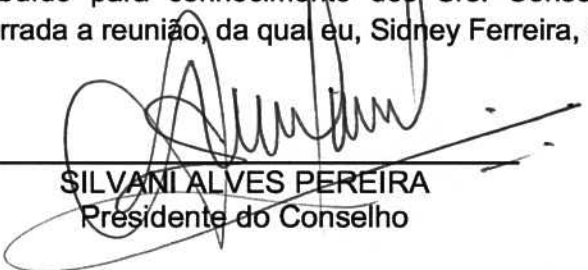
COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM

ATA DA TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA (323ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM. Aos vinte e oito (28) dias do mês de maio de 2020, às 10h00, na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, reuniu-se, de modo virtual - videoconferência, o Conselho de Administração com a presença dos Conselheiros Senhores Silvani Alves Pereira, Pedro Tegon Moro, Adailton Ferreira Trindade, Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, André Luis Grotti Clemente, Carlos Pedro Jens, Danilo Ferreira Gomes, Maria Lina Benini e Almino Monteiro Álvares Affonso. Participaram como convidados os Senhores Marcelo José Brandão Machado, Diretor de Engenharia, Obras e Meio Ambiente, Eduardo Jorge da Cunha Caldas Pereira, Diretor de Planejamento e Felissa de Sousa Alarcon, Diretora Administrativa e Financeira. Verificada a existência de número legal, foi declarada aberta a sessão. Inicialmente o Senhor Presidente do Conselho registrou que nesta data a CPTM completa 32 anos de existência, mencionando os trabalhos realizados pela Diretoria, parabenizando a todos pelos serviços prestados à população. Ato contínuo foram analisados os seguintes itens da pauta: Assuntos Deliberativos: 1 – Lida e aprovada a Ata da 322ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CPTM. 2 – RD 15212 - Formalização do Termo de Aditamento nº 02 ao contrato nº 806716306100, celebrado entre a CPTM e a empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A., cujo objeto é a "Prestação de serviços em administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento mensal de vales refeição, em cotas e valores definidos na forma de créditos a serem carregados em cartões eletrônicos/magnéticos, destinados aos empregados, alunos aprendizes e estagiários da CPTM", visando prorrogação do período contratual por mais 12 (doze) meses a partir de 25/08/2020 até 24/08/2021. Com base na Planilha de Quantidades e Preços, estima-se, para o período de mais 12 (doze) meses a partir de 25/08/2020 até 24/08/2021, o valor total de R\$ 91.946.799,99 (noventa e um milhões, novecentos e quarenta e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), considerando a taxa de administração negativa de (-) 6,80%. O valor tem como base março/2019, considerando os valores vigentes fixados no ACT 2019/2020. O Sr. Ivan Aparecido de Souza Moreno, Gerente de Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos fez uma exposição aos Srs. Conselheiros informando que o aditamento proposto se justifica em razão da necessidade do cumprimento por parte da CPTM de cláusula específica do Acordo Coletivo de Trabalho vigente e, para efeitos de negociação sindical, trata-se de item de natureza econômica, conforme acordado entre os Sindicatos representantes da categoria, em processos de negociação na data-base. A prorrogação contratual é possível, em consonância com a cláusula 5.2.1 – "O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a assinatura de Termo(s) de Aditamento", e se demonstrou vantajosa para a CPTM, conforme pode ser constatado no Relatório de Análise e Valoração nº GRC/RAV/4517/2020. Ademais, a empresa contratada manifestou interesse na prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses sendo que a Gerência Jurídica, por intermédio do Parecer Jurídico GRJ nº 197/2020, manifestou-se favoravelmente ao aditamento proposto. A Gerência Jurídica destaca que, para todos os efeitos e como é de praxe, a CPTM e os Sindicatos acordaram pela prorrogação das cláusulas do Acordo Coletivo 2019/2020 vigente e Aditivos os quais deverão ser mantidos até a assinatura do novo Acordo Coletivo, ou Acordo Parcial, ou decisão em Dissídio Coletivo, conforme se depreende da Ata 1ª Reunião – Processo de Negociação Coletiva – ACT 2020/2021, de 12 de fevereiro de 2020. Nesse diapasão, destaca-se que é plenamente legítimo o pacto entre as partes para que sejam mantidas as condições do Acordo Coletivo findo até a concretização do novo Acordo, o qual poderá ser estabelecido por meio de Ata de Reuniões Negociais, ressaltando que não há exigência legal para que este documento seja levado a registro. Destarte, busca-se, sobretudo, a prorrogação do contrato administrativo para garantir o fornecimento de vale-refeição aos empregados da CPTM, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que atendidos os pressupostos de natureza contínua da

avença e condições vantajosas à CPTM. Consigna-se que, do ponto de vista jurídico, não há óbice para que as prorrogações dos contratos de serviços contínuos sejam efetuadas por sucessivos períodos, em prazos não iguais ao prazo originário. Isso porque, não obstante a redação dada ao artigo citado, a interpretação dada por destacados juristas é aquela que prima pelo atendimento dos princípios da razoabilidade e do interesse público, primordiais aos contratos administrativos, interpretação essa corroborada tanto pela doutrina quanto pelos órgãos de controle. Por fim, destaca-se que nunca houve questionamento do TCE acerca dessa matéria nos contratos da CPTM, não tendo nenhum julgamento considerado irregular por parte do TCE com base nessa previsão legal. Desta feita, o princípio da razoabilidade conduz à possibilidade de renovações por períodos superiores ou inferiores ao inicialmente pactuado, primando-se sempre pelo atendimento ao interesse público, respeitado o prazo máximo previsto no inciso II do mesmo artigo, qual seja, 60 meses. Foi solicitado a complementação dos documentos disponibilizados com a inclusão da Ata da 1ª Reunião de Negociação ACT 2020 – 2021, realizada em 12/02/2020 bem como do Parecer Complementar sobre o tema. A matéria foi considerada aprovada pelos Senhores Conselheiros que, nos termos do parágrafo sétimo do artigo 13 do Estatuto Social da CPTM, manifestaram seu voto autorizando o prosseguimento das providências que objetivem a formalização do respectivo Termo de aditamento. 3 - RD 15214 - Formalização do Termo de Aditamento nº 01 ao contrato nº 830.218.306.200, celebrado entre a CPTM e a empresa XL Seguros Brasil S/A, cujo objeto é a prestação de serviços de cobertura securitária de responsabilidade civil para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria, do Comitê de Auditoria Estatutário, do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento e demais Administradores (Directors & Officers – D&O) da CPTM, visando a prorrogação de prazo contratual e respectiva vigência da Apólice pelo período de 12 (doze) meses. O valor proposto para o período de 12 (doze) meses é de R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais), conforme Relatório de Análise e Valoração – RAV - GRC / RAV / 4547/2020, que consta da SC nº 018420. O Senhor Sergio de Carvalho Junior, Gerente de Riscos, Controles Internos e Conformidades fez uma exposição sobre o tema destacando a necessidade da formalização do referido Termo de Aditamento, tendo em vista que o período de cobertura securitária previsto na Apólice se encerra em 06/06/2020 sendo que a contratada se manifestou favoravelmente a referida prorrogação. Destaque-se que o aditamento proposto nos termos do Relatório de Análise e Valoração – RAV - GRC / RAV / 4547/2020, de 19/03/2020, apresenta vantajosidade para a formalização do ajuste com a possibilidade de prorrogação prevista no art. 151 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM, assim como na cláusula contratual item 5 – Prazo de Execução do Objeto Contratual e de Vigência, subitem 5.2 e item 17 - Alterações, subitem 17.5 a qual se sujeita a presente contratação. A prorrogação por 12 (doze) meses visa assegurar, a continuidade da cobertura securitária de responsabilidade civil para os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, e demais Administradores (Directors & Officers – D&O) da CPTM, contratada com o objetivo de assegurar aos membros estatutários a defesa técnica em eventuais processos judiciais e administrativos propostos durante e após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício das funções, nos termos do Artigo 46 do Estatuto Social da CPTM, sendo certo que nos moldes dos parágrafos primeiro e sexto a proteção pode ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da empresa, mediante autorização específica do Conselho de Administração, tendo a Gerência Jurídica, por intermédio do Parecer Jurídico GRJ nº 314/2020, se manifestado favoravelmente ao aditamento proposto. Foi solicitado a complementação dos documentos disponibilizados com a inclusão do Relatório de Análise e Valoração 4547/2020, de 19/03/2020. A matéria foi considerada aprovada pelos Senhores Conselheiros que, nos termos do parágrafo sétimo do artigo 13 do Estatuto Social da CPTM, manifestaram seu voto autorizando o prosseguimento das providências que objetivem a formalização do respectivo

Termo de aditamento. Assuntos Informativos: 1 - Os Senhores Conselheiros tomaram conhecimento da RD 15219 – que trata da homologação do Pregão Eletrônico nº 0064203061, que objetiva a prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias, edifícios e demais instalações da CPTM, cujo objeto de seu item único foi adjudicado à empresa WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI (CNPJ 56.419.492/0001-09), com o valor total de R\$ 61.948.092,00 (sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e oito mil e noventa e dois reais), base janeiro/2019. O orçamento inicial desta contratação era de R\$ 74.742.778,61 (setenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos), base janeiro/2019, tendo sido apurado na licitação o valor total de 61.948.092,00 (sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e oito mil e noventa e dois reais), base janeiro/2019, representando uma redução de 17,12%. Tendo em vista que o início do respectivo processo licitatório foi autorizado na 322ª reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27/04/2020, a homologação proposta atende as disposições contidas no subitem 6.1 da NG/003, de 02/04/2020 - Delegação de Competências, torna-se meramente informativa uma vez que o resultado da licitação não alcançou o valor de R\$ 70 milhões. 2 - Relato Dra. Felissa Sousa Alarcon – Diretoria Administrativa e Financeira - Situação financeira da Companhia frente à queda de arrecadação. A Diretora Administrativa e Financeira atendendo à solicitação dos Srs. Conselheiros fez uma exposição sobre o impacto financeiro/econômico na Companhia em relação a Pandemia COVID19 trazendo todas as informações solicitadas.

Foi solicitado que o assunto retorne ao Conselho e que seja incluído um “slide” com as premissas utilizadas na referida apresentação, bem como uma nova apresentação contendo: comparativo de demanda atualizado; fluxo de caixa atualizado; aporte de recursos; e, projeção de demanda de passageiros - comparativo mensal (abril/2019 x abril/2020). 3 - Ações e Cronograma das Linhas 10 até Luz e 11 e demais obras em andamento – O Senhor Marcelo José Brandão Machado, fez uma exposição acerca da matéria, atualizando os Senhores Conselheiros sobre o andamento dos principais empreendimentos da Companhia. 4 – Resumo dos Trabalhos de Auditoria – Os Senhores Conselheiros tomaram conhecimento do resumo das Recomendações da Auditoria Interna. 5 - Resumo dos Trabalhos – Sindicâncias e Grupos de Trabalho - Foi distribuído aos Senhores Conselheiros para ciência material informativo que trata das recomendações dos trabalhos de sindicâncias e grupos de trabalho. 6 - Relatório Gerencial – DO - Diretoria de Operação e Manutenção – abril/2020 - Foi disponibilizado para conhecimento dos Srs. Conselheiros. 7 - Contingências Jurídicas Relevantes, material distribuído para conhecimento dos Srs. Conselheiros. NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Sidney Ferreira, Secretária, fiz lavrar a presente ata.


SILVANI ALVES PEREIRA
Presidente do Conselho



PEDRO TEGON MORO
Conselheiro

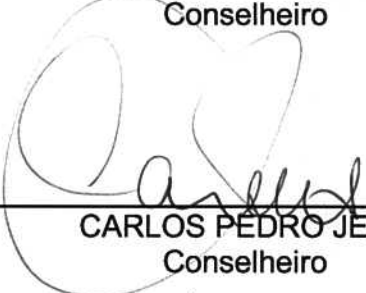

ADAILTON FERREIRA TRINDADE
Conselheiro


ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE
Conselheiro


continuação da Ata da 323ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração


ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO
Conselheiro


BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO
GONÇALVES DE OLIVEIRA
Conselheiro


CARLOS PEDRO JENS
Conselheiro


DANILO FERREIRA GOMES
Conselheiro


ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Conselheira


MARIA LINA BENINI
Conselheira


SIDNEY FERREIRA
Secretário